



Sindicato dos Oficiais de Justiça

INFORMAÇÃO

Foi publicado no dia 12 de Agosto, em Diário da República, a Resolução 11/2009/M da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Nessa resolução é referido que: *“Os funcionários públicos, beneficiários da ADSE, que exercem funções nas Regiões Autónomas, **nomeadamente os funcionários adstritos aos tribunais**... deparam-se com uma **situação deveras injusta** e que põe em causa direitos fundamentais no que diz respeito à comparticipação da ADSE ao nível dos cuidados médicos e consultas médicas e no tempo de ressarcimento das quantias que neste momento dependem em virtude de estarem deslocados do território continental.”*

É referido ainda: *“Nesta solução, pretende-se que o direito se traduza no âmbito do regime convencionado, mas também no regime livre, isto é, o regime em que o beneficiário recorrendo a privados sem acordo com a ADSE, esta assume comparticipação dos encargos daí decorrentes.”*

Na verdade, esta questão dos Oficiais de Justiça colocados nas regiões autónomas, nomeadamente na Madeira, merece uma atenção especial.

Este Sindicato reuniu com o Governo Regional da Madeira para analisar a questão e, posteriormente, no dia 20 de Abril enviámos uma exposição ao Senhor Primeiro-Ministro. Na explanação feita, chamávamos a atenção para a falta de equidade no tratamento dado aos Oficiais de Justiça e, para a necessidade de rapidamente ser encontrada uma solução que permitisse materializar os princípios e direitos a que está o Estado obrigado perante estes cidadãos.

O Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro respondeu, por ofício, datado de 24-07-2009 (Proc. nº A.11.06.03.5-2472/2009) que a questão havia sido analisada e encaminhada para o Senhores Ministro das Finanças e da Administração Pública e, Ministro da Justiça.

Entendemos que a Resolução demonstra a nossa razão e, que estão reunidas as condições para que o Governo não perca mais tempo e possa, nesta legislatura, adoptar as medidas urgentes e necessárias, para recolocar a igualdade num tratamento que tem vindo a ser diferenciado. Na verdade ao afastar os Oficiais de Justiça de um regime idêntico ao de outros trabalhadores, o Estado coloca em crise a saúde de centenas de famílias que trabalham nas regiões autónomas.

Assim, este sindicato vai continuar a acompanhar esta questão e a trabalhar para que uma solução possa ser encontrada fora de um quadro de promessas ou propaganda eleitoral.

Lisboa, 2009-08-13